



CAPONI, Sandra; VASQUEZ VALENCIA, Maria Fernanda; VERDI, Marta; ASSMANN, Selvino José. **A medicalização da vida como estratégia biopolítica**. São Paulo: LiberArs, 2013. 137p. v. 1.

MICHEL FOUCAULT E A BIOPOLÍTICA DA VIDA

Elizeu Pinheiro da Cruz*

O livro “*A Medicalização da vida como estratégia biopolítica*” é uma coletânea de textos organizada por pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e publicado pela Editora Liber Ars Ltda. É desdobramento do Simpósio “*A biopolítica e medicalização da vida*” que aconteceu, em agosto de 2012, na UFSC, organizado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). O livro é a compilação de textos de conferências do evento e de artigos escritos por outros pesquisadores que não estavam no evento. Há professores de três países compondo a lista de autores: Argentina, Brasil e Espanha.

A medicalização é uma questão exaustivamente trabalhada pela primeira autora/organizadora, em seu itinerário como pesquisadora e orientadora de mestrado e doutorado: medicalização da infância, medicalização dos comportamentos, medicalização do crime. Neste livro, ela se propõe, junto com os demais autores que são chamados ao diálogo, a refletir, de maneira mais ampla, a “medicalização da vida”, a reflexão da medicalização e de suas sociedades como estratégia “biopolítica”, conceito que compõe a produção intelectual do francês Michel Foucault. Os textos apontam a *medicalização da vida* e das sociedades como uma questão interdisciplinar, por ser objeto de estudo nas ciências humanas, sociais e da saúde.

Biopolítica aparece nas reflexões de Michel Foucault, em sua análise da modernidade a partir do século XVIII, quando ele começa a discutir as relações de poder sobre os indivíduos como entidade biológica utilizada para produzir bens e riquezas. Este tempo histórico inaugurou uma prática governamental considerando os viventes enquanto população. Saúde, higiene e longevidade são, desde então, os alvos do poder. A *biopolítica* passa a cuidar dos fenômenos em massa categorizados em classificações que dão forma à coletividade no seio do liberalismo.

Essa temática (a biopolítica) foi a escolhida para o livro devido ao interesse em colocar em problematização suas possibilidades e limites. Michel Foucault, Roberto Esposito e Giorgio Agamben são as principais referências para problematizá-la. Em alguns textos, o conceito de *biopolítica* é colocado em discussão, em outros, ele é matriz analítica para questões como sofrimento psíquico, dentre outras.

O livro possui 132 páginas e oito textos. Tem a capa editorada por César Costa, que utilizou uma figura de Leonardo Da Vinci, “Intervenção sobre *Estudos de anatomia*”, para ilustrá-la.

O primeiro texto é intitulado “*Fora de Cena: a loucura, o obscuro e o senso comum*”, de Angel Martínez-Hernández, e discute a reclusão, a partir de um relato etnográfico. O autor aponta que, em seus primórdios, a Psiquiatria era um estudo de alteridade que foi sendo transformado em constituição de estados de anormalidade. Foca na reflexão da loucura como objeto

* Doutorando e Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

obsceno que redundando na necessidade obscena de ocultar sua vontade de poder sob um enredo de naturalizações do mundo que possibilita a identidade criada e previsível. Há uma interessante localização do louco entre a mobilidade e o confinamento, entre a liberdade e a reclusão.

Na seção “Senso comum e sentido obscuro”, o pesquisador apresenta resultados de uma etnografia de um usuário de um residencial terapêutico de Barcelona, Espanha (uma espécie de local de reinserção dentro da comunidade). O usuário tinha seu tempo dividido entre o residencial e um ateliê de reabilitação que era regido pela mesma fundação do residencial. No ateliê, realizava atividades artísticas e demais trabalhos de montagem que eram expostos ao público em um quiosque. A história de vida deste personagem, de nome Babu, é apresentada e apreende-se que, na ação terapêutica, há sempre um movimento de tentativa de persuasão para criar uma hegemonia do senso comum. Quando isto perde sua eficácia, a persuasão se descaracteriza como instrumento *biopolítico* e entra em cena uma ocultação tanto das práticas terapêuticas quanto dos afetados. Acontece, sempre, uma gestão estabilizante dos sujeitos afligidos, uma busca pela domesticação onde o delírio é ocultado em procedimentos psicofarmacológicos e psicoterapêuticos para que ressurgisse depurado e adaptado ao senso comum. Isto é considerado pelo autor como uma gestão cega da vida, uma gestão que oculta a si mesma como tal e nos convida a inverter a lógica de compreensão: o problema está em nós, em nossa incapacidade de oferecer um lugar social a um tipo de experiência humana que existe no mundo.

O segundo texto, “*Biopoder e Racismo Político: uma análise a partir de Michel Foucault*”, de autoria de Cesar Candiotto e Thereza Salomé D’Espíndula, também incide sobre a questão da regulação da vida. Estes pesquisadores analisam como as experimentações com seres humanos constituem, desde o século XVIII, um poder centrado na regulação e com intenções de aperfeiçoar as condições de vida da espécie humana lançando mão do racismo político (tratamento de subpopulações como apenas corpos). Explora o caso Tuskegee, que aconteceu em 1932, nos Estados Unidos da América (EUA), Estado de Alabama, estudo supervisionado e respaldado pelo Governo. Participaram deste estudo seiscentos pacientes negros sífilíticos durante quarenta anos, até 1972, quando foi denunciado

pelo jornalista Jean Heller. A maioria dos negros envolvidos era pobre e foi cooptada pela promessa de tratamento especial e gratuito que nunca receberam. Foi informado aos participantes do experimento apenas que eles tinham “sangue ruim” e nada acerca da sífilis. Um médico e uma enfermeira negros fizeram parte da equipe para aumentar a adesão da comunidade alvo. A reportagem de Heller ganhou forte repercussão social e política. De todos os envolvidos, após 40 anos, apenas 74 participantes estavam vivos. Mesmo com tal repercussão, apenas em 1997 o governo norte-americano se desculpou formalmente com os cinco sobreviventes, que compareceram a uma solenidade na Casa Branca. Na ocasião, o presidente era Bill Clinton.

Segundo o texto aqui resenhado, o estudo foi inadequado pela omissão do diagnóstico e prognóstico, ainda que não existisse tratamento para a sífilis, em 1932. Experimento que buscava resolver o problema da doença sem tratamento já havia sido tentando em 1929, na Noruega, sem sucesso: era uma reincidência deliberada. Repetia-se o erro com uma população negra e pobre. Na seção “O biopoder e o homem espécie”, os autores apresentam as discussões de Michel Foucault sobre o conceito em sua localização histórica: uma seção teórica longa que tem apenas o último parágrafo reservado para dialogar com o caso Tuskegee. A seção “O biopoder e o racismo político” assim classifica o caso norte americano: ao dialogar o caso com as discussões de Foucault e Esposito, colocam-no como uma ilustração do *fazer morrer* que é próprio do racismo político. Encerram, questionando como e em que chave analítica o poder pode ser pensado e inserido. Colocam, ainda, a questão da possibilidade de resistência dos envolvidos com uma possível rejeição ao experimento. Porém, segundo eles, no caso analisado, a capacidade de resistência era mínima e a permanência à disposição de um poder que buscava “fazer viver”.

De autoria de Marcos Nalli, professor da Universidade Estadual de Londrina, o texto “*Abordagem imunitária de Roberto Esposito: biopolítica e medicalização*” faz a reflexão sobre o próprio conceito de *biopolítica*, apontando a falha da definição foucaultiana: “[...] não ser capaz de esclarecer o paradoxo em que a biopolítica incorre” (NALLI, 2013, p. 51). Para resolver este problema, traz o conceito de “imunidade”, proposto por Esposito, para realçar a relação de imanência entre *vida* e *poder*, poder de conservar a vida e poder de destruí-la.

Para este último, a *biopolítica* tem que ser transformada em uma política da vida e não em uma política sobre a vida: toda a potência da vida em produzir e constituir a si mesma. A medicalização da sociedade, a reflexão da *biopolítica* e o paradigma da imunização são trabalhados por Esposito e retomados pelo texto em um movimento de ampliação de horizontes semânticos para o verbete *biopolítica*. Este texto surpreende pela retomada singular que o autor faz de Michel Foucault e pela inserção de Roberto Esposito na reflexão de questões tangenciadas ou não exploradas pelo primeiro.

É com Esposito que o texto seguinte dá sequência ao livro. De autoria de *Edgardo Castro*: “*Acerca de la (no) distinción entre Bíos y Zoé*”. Este argentino, estudioso de Michel Foucault e também autor do *Vocabulário de Foucault*, publicado no Brasil pela Editora Autêntica, inicia seu texto retomando a distinção entre *Bíos* e *Zoé* com Agamben que, por sua vez, retoma a Michel Foucault e Hanna Arendt para apontar existência política na história. Castro situa os problemas de apropriação de *Bíos* e *Zoé* nesta retomada e localiza as razões da dicotomia que eles operam entre *homem* e *natureza*, que não havia no sentido grego clássico. O texto é muito pertinente para entender a construção do pensamento filosófico de Michel Foucault e as possibilidades de ampliação de suas categorias conceituais, buscando suas relações com outros pensadores e as lacunas que deixam para que sigamos no trabalho de aprimoramento.

Luis David Castiel, pesquisador titular da Fundação Osvaldo Cruz, no texto “*Utopia/Atopia – Alma Ata, saúde pública e o ‘Cazaquistão’*”, reflete as questões de saúde da população mundial a partir da discussão dos princípios de um evento na cidade de Alma Ata, no Cazaquistão, em setembro de 1978, inclusive sua incorporação à Constituição Brasileira de 1988 e a aprovação da Lei que criou o Sistema Único de Saúde. Em suma, o autor apresenta um panorama das ideias de Alma Ata em projeção mundial e nacional. Mas não fica por aqui. Segue colocando uma nova questão: a utopia na construção do social. Parece haver pouco espaço para utopias esperançosas, mas muito para as precárias fórmulas de resistência ao estado atual das coisas. E é sobre utopia que encerra o texto.

“*A Psiquiatria e a medicalização dos anormais: o papel da noção de Transtorno de Personalidade Antissocial*”, de autoria de *Myriam Raquel Mitjavila*, Professora da

UFSC e de sua orientanda, *Priscilla Gomes Mathes*, discute o estatuto alcançado pela Noção de Transtorno de Personalidade Antissocial (TPA) na Psiquiatria contemporânea. Apesar de as origens do termo remeterem às primeiras décadas do século XX, sua apropriação revela tendências recentes de participação da Psiquiatria na medicalização de objetos sociais, ganhando força como categoria nosológica. Observa-se controvérsias: por um lado, alguns acreditam que são patologias permanentes e refratárias a tratamentos e, por outro lado, alguns não abrem mão de medicalizar este transtorno. Hoje são classificados onze tipos de transtorno de personalidade no discurso da psiquiatria sobre TPA que refletem as estratégias do saber médico na garantia de um lugar privilegiado nas instituições contemporâneas.

A primeira autora/organizadora do livro, *Sandra Caponi*, Professora da UFSC, dá sequência ao livro com um texto intitulado “*Classificar e Mediar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos*”. Caponi parte do curso de Foucault *Em defesa da sociedade* para introduzir a discussão da gestão *biopolítica*. A problemática da *biopolítica* na contemporaneidade, na maximização da vida, se desdobra em uma questão que norteia os argumentos do texto:

seria possível pensar a atual expansão de diagnósticos psiquiátricos referidos a comportamentos cotidianos, como sendo uma estratégia biopolítica hoje hegemônica e quase universalmente aceita?

A autora cita, em ordem cronológica, o surgimento e o desenvolvimento do conceito de *biopolítica* em Foucault: último capítulo de *A vontade de saber* (1978), *Em defesa da sociedade*, *Segurança território e população* e em *Os anormais*. Para ela, Foucault se propôs a estudar a arte de governar no liberalismo com a intenção de entender as condições de possibilidade da *biopolítica*, que tem como objetivo último instalar, para cada risco que possa ocorrer, mecanismos de segurança que se assemelham e se diferenciam, a um só tempo, do poder disciplinar. Almeja-se a força e a vitalidade da população conjugadas com o esquecimento daqueles que o Estado deixa morrer. A autora explora o *bios* como objeto de saber e a *biopolítica* como governo sobre a vida. Também situa a classificação psiquiátrica no contexto da *biopolítica*. A *biopolítica* dos sofrimentos psíquicos é, nestes termos, um modo de exercer o governo sobre os outros, através de critérios de

classificação que privilegiam a terapêutica farmacológica como seu modo de intervenção.

O último texto do livro é intitulado “*Mercantilização de órgãos humanos para transplantes intervivos sob a ótica da Bioética Social*” e é de autoria de *Fernando Hellmann, Mirelle Finkler e Marta Verdi*, também pesquisadores da UFSC. Eles propõem discutir os argumentos da literatura especializada da bioética usados como justificativa para venda de órgãos (duplos ou que se regenerem, como, por exemplo, rins e fígado, respectivamente) para fins de transplantes intervivos. Os principais argumentos [deles] são: o bem comum, a pluralidade moral, o respeito à autonomia e à liberdade individual sobre o corpo. Exploram, ainda, o modelo monospônico, que tem sido utilizado em um “mercado ético” do corpo. Sobre as justificativas para reafirmar a comercialização de órgãos pelo bem comum, não considera a diminuição da vida do doador/vendedor, mas, apenas, o aumento da qualidade de vida do receptor/comprador, o que nos fazer refletir acerca do eticamente viável. Os autores do texto afirmam que o bem comum só é possível quando se tem equidade social. O argumento da pluralidade moral para justificar tal mercado de órgãos se defronta com a dificuldade de obter padrões éticos globais com o risco de se criar um “duplo standard” que valora a vida de uns em detrimento da de outros.

Quanto ao respeito à autonomia e à liberdade individual, eles apontam diversas controvérsias sobre isto. Uma delas é o preceito da dignidade humana que coloca a não mercantilização do homem e o ponto de vista liberalista sobre a venda de órgãos. Uma proposta para o mercado de órgãos é apontada na literatura: o modelo *monospônico*, que consiste em haver um comprador (um país) para todos os vendedores, com valor igual e distribuição igualitária. Mas isto traria outras complicações: o turismo de órgãos é uma delas. Encerram defendendo a proteção do corpo social frente às leis do mercado.

Ainda que os textos se esforcem no enfrentamento não apenas dos alvos da *biopolítica*, mas, também, ao pensar

os limites do conceito, em uma reflexão de ordem epistemológica, fiquei na expectativa de aparecerem duas categorias centrais da contemporaneidade: gênero e sexualidade. Estranhou-me o fato de abordarem questões que incidem diretamente sobre o corpo, como o texto que abordou a sífilis, e não tenham considerado variáveis como gênero e sexualidade.

E as instituições panópticas, como os hospitais, entram na gestão da vida da população como locais onde o poder se exerce diretamente sobre os corpos e acompanhados pela relação cotidiana de oferecer remédios para os “anormais”? E quem são os anormais?

O Panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens (FOUCAULT, 2008, p. 169-170).

Instituições panópticas perdem em nossa sociedade como forma de alcançar, pelo exercício do poder, a vida, os corpos, nutrindo e eternizando as sujeições colocadas pelo liberalismo? E os gays, lésbicas e mulheres como grupos marginalizados onde estão, na configuração deste quadro apresentado pelo livro?

Isso me faz supor que tais categorias são negadas e silenciadas. Coaduno com Foucault (2009, p. 33-34) quando diz:

[...] é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e a outros.

O livro é uma leitura importante para os pesquisadores do campo da saúde coletiva, para pesquisadores de teoria política, para profissionais da saúde e para aqueles que se interessam por questões da relação entre *biopolítica* e *medicalização da vida*.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

